

Por que às vezes falamos em "o pai" e "a mãe"?

Reconhecemos que tanto homens quanto mulheres podem ser violentos e controladores, e que padrões de controle coercitivo ocorrem em todo tipo de relação, inclusive nas de mesmo gênero. Ainda assim, a violência de homens contra mulheres em casais heterossexuais continua sendo, de longe, o cenário estatisticamente mais frequente: associa-se com mais frequência

a lesões físicas (um indicador de medo e controle) e costuma fazer parte de padrões mais amplos de abuso e controle. Além disso, na maioria de nossas comunidades os homens ainda contam com maior permissão social para exercer violência e controle sobre outros membros da família. Por isso usamos "o pai" ou "quem exerce o controle coercitivo" e "a mãe" ou "a figura parental

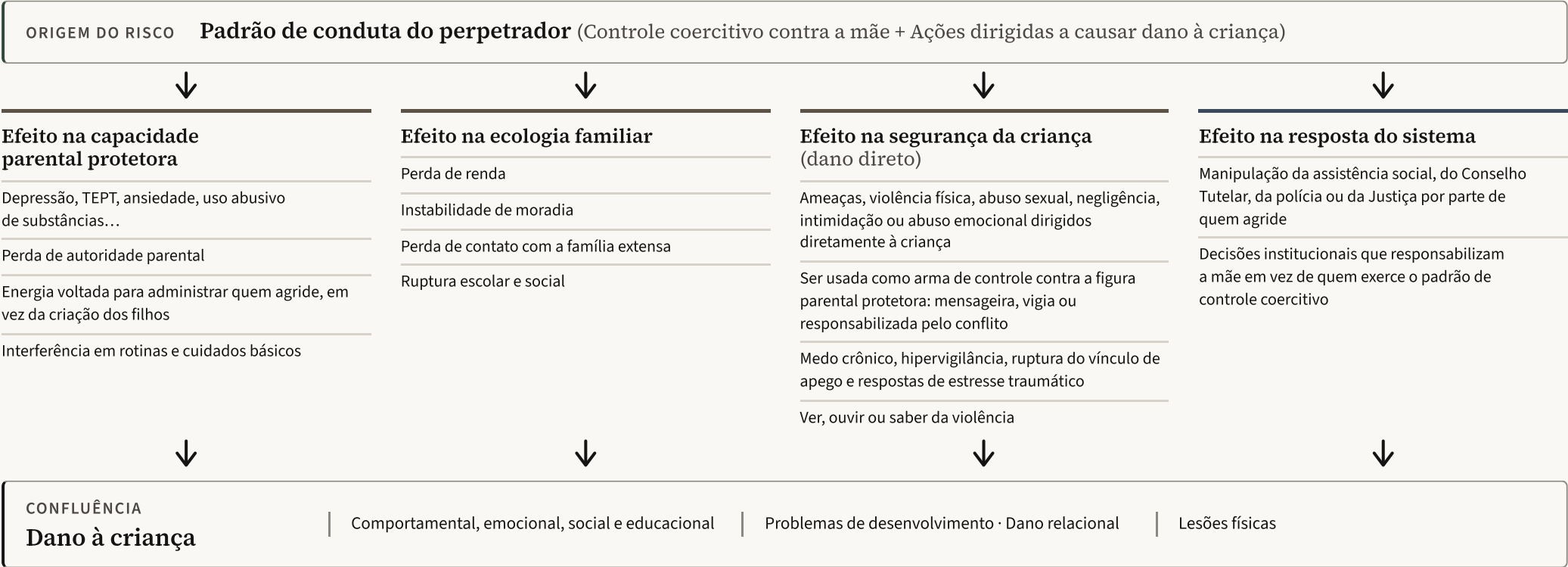
protetora" como referência geral; sem negar que o mesmo padrão de comportamento pode ser identificado igualmente bem quando quem o exerce é uma mulher, ou em relações de mesmo gênero. O que define os papéis neste modelo é a conduta observada, não o gênero de quem a pratica.

Para proteger crianças e adolescentes é preciso avaliar primeiro o padrão de violência e controle coercitivo da figura parental que o exerce, como fonte do risco e do dano. Só então é possível dimensionar todo o esforço que a figura parental protetora faz, para aliar-se a ela na proteção de seus filhos.

OS TRÊS PRINCÍPIOS DO MODELO

1 Manter a criança em segurança e junto à figura parental protetora Segurança · Recuperação do trauma · Estabilidade e cuidado	2 Colaborar com a figura parental protetora como posição padrão Eficiente · Eficaz · Centrado na criança	3 Intervir sobre quem exerce o padrão coercitivo, com foco em seu papel parental Envolvimento · Responsabilização · Justiça
--	--	---

MÚLTIPLAS VIAS PARA O DANO



FERRAMENTA: MAPA DO PERPETRADOR

As sete etapas estão travadas e são sequenciais: um mapeamento parcial não constitui um mapeamento válido. As sete são exibidas para manter a fidelidade ao modelo.

1	Identificar o padrão de controle coercitivo e as ações dirigidas a causar dano às crianças
2	Mapeá-lo sobre a segurança, a estabilidade e o funcionamento familiar da criança
3	Mapeá-lo sobre as forças e a capacidade protetora da figura parental protetora
4	Mapeá-lo sobre o uso de substâncias e a saúde mental
5	Mapeá-lo sobre as interseccionalidades: poder, privilégio, cultura, status social. Inclui manipulação da assistência social, do Conselho Tutelar, da polícia ou da Justiça
6	Mapeá-lo sobre a segurança de quem intervém profissionalmente
7	Identificar implicações para a prática, incluindo a ação ou inação do próprio sistema, e os próximos passos

A resposta institucional não é uma etapa à parte: é analisada dentro da etapa 5 (manipulação de instituições) e da etapa 7 (implicações para a prática). No nível agregado, o mapeamento repetido de casos funciona também como ferramenta de responsabilização do próprio sistema.

O CONTINUUM DE PRÁTICA INSTITUCIONAL

◀ PRÁTICA QUE CAUSA DANO		Cinco níveis de resposta profissional e institucional, da prática que causa dano à que repara. Onde se situa a nossa atuação?			PRÁTICA QUE REPARA ▶
1 • Destrutiva Culpa a mãe e a torna responsável por deter a violência, sem importar o custo para ela; coloca a criança em risco e aumenta o dano.	2 • Negligente Não reconhece a dinâmica específica da violência de gênero nem seu impacto sobre as crianças; o problema é ignorado a menos que a criança o presencie diretamente.	3 • Pré-competente Reconhece que existe um problema e busca não revitimizar a mãe sobrevivente, mas ainda não dispõe de ferramentas eficazes para intervir.	4 • Competente Intervém centrando a análise no padrão de quem agride como fonte do risco, buscando a aliança com a mãe e mantendo a criança junto dela.	5 • Proficiente Prática consistente e usada em todo o sistema de proteção à infância; sem essa perspectiva não é possível alcançar a segurança e o bem-estar das crianças.	